1.INTRODUÇÃO

2.MEIOS DE DEFESA DOS CIDADÃOS

2.1.O direito à publicidade

2.2.O direito de acesso

2.3.O direito de contradita

2.4.O direito ao esquecimento

2.5.o direito a acção civil e criminal

2.6.Os direitos atinentes ao preenchimento de inquéritos

3.DEVERES DE DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

3.1.Dever de nomear um responsável pelos ficheiros ou bancos de dados

3.2.Dever de aceder aos dados e ao sistema apenas mediante autorização

3.3.Dever de dar acesso aos dados aos que a ele tenham legitimidade

3.4.Dever de rectificar legitimamente os dados

3.5.Dever de transmitir apenas os dados autorizados

3.6.Dever de sigilo em relação aos dados e factos de que ti ver conhecimento no exercício das suas funções

3.7.Dever de dar informações solicitadas pelos órgãos de controlo

3.8.Dever de não obstruir a missão dos órgãos de fiscalização

3.9.Dever de conceber e realizar medidas de segurança organizacionais que defendam a confidencialidade da informação

3.10.Dever de não exercer funções incompatíveis com as de membro do órgão de controlo

4.CONCLUSÃO - A eficiência acrescida pela utilização da informática redonda em acréscimo de riscos para os Direitos, Liberdades e Garantias. A transparência da Informática.

1º CONGRESSO DA API

por

Isabel Garcia

RESUMO:

Trata-se de enunciar os direitos, geralmente atribuídos aos cidadãos em matéria de tratamento automático de informação pessoal, nominativa e os correspondentes deveres de deontologia profissional dos que tratam essa informação.

1. INTRODUÇÃO

Para este 1º Congresso da Associação Portuguesa de Informática, o contributo de uma jurista sobre o tema em epígrafe, poderá ser de alguma utilidade para uma audiência predominantemente de técnicos de informática.

Na verdade, na última década foi geral a elaboração de leis e projectos, visando a protecção da vida privada e mais generalizadamente, a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Esta tendência, mantém -se eu virtude da introdução de novas tecnologias da informática e das comunicações.

As leis existentes, não tem conseguido ultrapassar os interesses antagónicos que o tema suscita, são no entanto, um expediente necessário.

Assim, a nossa constituição, no artº 359 cristaliza os princípios defendidos por todas as legislações.

Pensamos ocioso trazer para esta audiência os conceitos, ou a apresentação do problema. Porventura haver; ainda entre os presentes quem se interrogue sobre a razão de fazer tanto barulho à volta da utilização da informática. Defendem alguns, na verdade, que os ficheiros informáticos são menos vulneráveis que os ficheiros manuais. Dispensamo-nos de tratar tal tema pois que a realidade da última década tem demonstrado à sociedade que informática e direitos da pessoa têm conotações, e são em muitos casos antagónicos.

Como vamos ver, o direito de acesso aos registos, o dever de publicitar os registos existentes e os fins a que se destinam e ainda o dever de proceder à sua rectificação e actualização, estão bem patentes no nº 1 do artº 35V.

As leis ordinárias de muitos países vedaram também o tratamento automático, de dados referentes a convicções políticas, fé religiosa ou vida privada tal como o nº2 do artº 35º

Poderá dizer-se que deveria aludir ainda a dados referentes a origens raciais ou filiações sindicais, bem como especificar o que se entende por dados referentes à vida privada.

Este conceito e porem, de difícil definição embora mesmo entre nos se possa dizer que a lei nº3173 de 5 de Abril é um útil instrumento legal que impede a invocação da existência de lacuna da lei.

A proibição da atribuição de um numero nacional único, e em nosso entender uma defesa fundamental.

O mal estar-social gerado pela existência de indicadores universais serviu de travão a países que estavam a caminho de implementar um sistema desse tipo. São do nosso conhecimento recente, os exemplos da França e do Land de Hamburgo.

É necessário referir a propósito que os países que ainda têm número nacional único, como a Suécia, tem instituições e realidades histórico-culturais diferentes da nossa.

Na verdade, urge que se diga que a administração pública presta conta ao parlamento apresentando-lhe os seus programas de actividades e relatórios de execução e é controlada por órgãos colegiais onde tem assento parlamentares e eleitos locais mesmo de partidos da oposição. Pode falar-se de verdadeira transparência da administração, o que não é o caso de Portugal.

Igualmente se nos afigura proibida pelo nº3 do artº 35º a prática de criação de tabelas de correspondência entre os códigos dos diversos ficheiros integrantes dos sistemas informáticos.

Na verdade, sempre que seja tratada informação pessoal nominativa não poderá ser feita interconexão de ficheiros por forma a agrupar os dados nele, registados.

Se estas directivas forem obedecidas qualquer legislação ordinária em vigor nos países europeus, vê a sua eficácia igualada pela prática da observância do artigo 35º

Em Portugal, temos defendido que a Assembleia da República deverá fazer o controlo do cumprimento do artigo 35º fazendo baixar ao plenário os decretos-lei que configurem a orgânica de serviços que tenham núcleos de informática.

Eventualmente os parlamentares deverão socorrer-se de equipas multidisciplinares de técnicos que os ajudem a fundamentar as suas opiniões.

Já não me parece defensável a criação de comissões e subcomissões de informática e liberdades que não sejam compostas de parlamentares. Na verdade, o controle da utilização abusiva da informática deve ser feito por entidade estranha à administração pública e ao governo, sob pena de se gozarem os seus objectivos. Esta é a opinião aliás de um relatório da OCDE datado já de 1973.

Achamos defensável constituir um registo dos Sistemas informáticos existentes, com tratamento de informação pessoal. Tal registo seria feito nos serviços de apoio à Assembleia da República.

Também a utilização e o preenchimento de inquérito urgem ser regulamentados.

Vamos portanto analisar os direitos normalmente atribuídos aos cidadãos nesta matéria e os deveres dos profissionais de informática que lhes estão inerentes.

2.MEIOS DE DEFESA DOS CIDADÃOS

2.1.O direito à publicidade relaciona-se com o aspecto da transparência da informação.

Efectivamente tem-se entendido que os cidadãos devem ser informados regularmente dos ficheiros pessoais mantidos e geridos pela administração e demais instituições públicas ou privadas.

Também o acto de criação de um ficheiro nominativo deve ser publicizado, ou mesmo ser objecto obrigatoriamente de diploma legal.

Assim, pelo menos uma vez por ano os serviços da administração norte-americana devem publicar no Registo Federal um aviso lembrando a existência e características do sistema de informação e em particular

- a) o nome e a localização do sistema;
- b) as categorias de indivíduos que são objecto do registo;
- c) os (diferentes) tipos de registo;
- d) as utilizações habituais, com menção das categorias de utilizadores e fins que prosseguem;
- e) os princípios e os métodos utilizados para o armazenamento, a consulta, a manutenção e a destruição de informações, bem como para controlar o acesso aos registos;
- f) o nome e a morada profissional de pessoa oficialmente responsável pelo sistema de registos;
- g) os processos postos em prática para responder a um indivíduo que deseja saber se o sistema contém gastos a seu respeito;
- h) os procedimentos utilizados para indicar a um indivíduo que faça pedido, como pode ele tomar conhecimento dos registos que lhe dizem respeito, entre os do sistema, e como pode contestar o seu conteúdo.
- i) as fontes de informação utilizadas para constituir os registos do sistema".

O projecto de lei britânico previa que "toda a pessoa a propósito da qual forem memorizadas informações num banco de dados receberá da pessoa que explorar o banco, num prazo de dois meses a partir do momento em que pela primeira vez, o seu nome tiver sido inserido no computador uma saída de impressora, que contenha todos os dados que lhe respeitem".

Quanto a este direito o sistema sueco e rotulado de informação aberta.

Também a lei francesa prevê que a Comissão para a Informática ponha à disposição do público, a lista dos tratamentos, especificando para cada um deles, qual o acto legal que o criou ou a data da sua declaração, o nome de tratamento e os fins a que se destina, o serviço junto do qual se exerce o direito de acesso do cidadão e as categorias de informações nominativas registadas.

A recente lei da Alemanha Federal considera que constitui um direito do indivíduo:

- a informação sobre os dados armazenados a respeito de uma pessoa;
- a rectificação dos dados armazenados sobre a sua pessoa quando estes não forem correctos;
- a anulação ou proibição de dados armazenados sobre a sua pessoa, quando não se provar a sua exactidão ou se uso foram cumpridas as condições prévias sem armazenamento;
- a extinção dos dados armazenados sobre a sua pessoa quando o seu armazenamento for inadmissível ou se foram suprimidas as condições prévias iniciais de armazenamento.

Cumpre-nos no entanto referir que este direito à publicidade sofre limitações de tal monta, que o esvaziam de conteúdo nalguns casos.

A título exemplificativo a lei alemã estipula que não será dado conhecimento sobre os dados referentes a um indivíduo se:

-a informação puser em perigo o legítimo cumprimento das tarefas que competem aos serviços de recolha de dados;

-a informação puser em perigo a segurança pública ou a ordem, ou possa causar prejuízo ao bem-estar do estado ou de uma província;

-os dados pessoais ou a razão da sua colheita devem ser mantidos em segredo quer por força de disposição legal quer por força da sua própria natureza, nomeadamente em virtude de interesses legítimos e preponderantes de uma terceira pessoa;

-a informação foi detida por instituições militares Ministério Público ou Polícia, o Serviço Criminal Federal e os Serviços de Finanças "(13 alínea 3).

Sobre esta matéria S. Rodotá referiu na reunião da OCDE de 9 e 10 de Novembro/77 que a Comissão sobre a Protecção das Liberdades individuais em Itália, examina actualmente a possibilidade do exercício de um controlo parlamentar não apenas sobre os dados recolhidos sobre um indivíduo preciso, mas também sobre os critérios de gestão dos bancos de dados destinados aos serviços de polícia e de segurança.

A Comissão italiana a que Rodotá preside, considera dever Organizar durante o corrente ano uma audiência na Câmara de Deputados e outra no Senado, bem como reuniões oficiais com representantes do sector público e Privado,, especialistas, associações, representantes dos sectores industriais e dos grupos de Opinião, tais como organizações de consumidores, ou associações dos direitos do homem, a fim de fomentar uma larga discussão dado que em Itália a opinião pública se preocupa muito pouco com os problemas postos pela protecção das liberdades individuais.

O direito à publicidade inclui também o direito de conhecer a fonte que forneceu os dados, excepto os que fora, recolhidos com garantia de sigilo, excepções acolhidas na lei alemã e norte americana.

Esta excepção é incompreensível pois os dados devem ser colhidos junto das pessoas a que dizem respeito e outro procedimento à muito pouco defensável no campo dos princípios. Atrevemo-nos mesmo a defender que, se os dados não podem ser colhidos do próprio cidadão a que dizem respeito não devem ser postos em registo magnético dados colhidos a seu respeito junto de terceiros,

A lei americana inclui o direito a publicidade do nome e morada dos responsáveis pelos ficheiros, no entanto insere uma alínea de "derrogações sistemáticas" e outra de "derrogações especiais" que abre grandes brechas no direito à publicidade.

Este direito traz inerente o conhecimento dos fins a que a informação recolhida se destina, o qual como vimos se relaciona com o princípio de que a informação não deve ser utilizada para fins diferentes daqueles para os quais foi recolhida.

Por esta ramo as leis referem que aos cidadãos é reconhecido o direito de ser informado de quais as entidades que vão ter acesso a ficheiros com dados pessoais e quais as condições que rodeiam a comunicação de dados para entidades diferentes da que detém os ficheiros.

Também as leis se preocupam em considerar que as alterações efectuadas nos registos devem ser officiosamente comunicadas àqueles a quem foram divulgadas os registos, na sua forma inicial.

O ponto nº 5 da Resolução do Conselho da Europa de 1974 refere que "cada pessoa tem o direito de

conhecer as informações registadas que lhe dizem respeito.

Toda a excepção a este princípio ou limitação ao exercício deste direito deve ser estritamente regulamentada".

Mais adiante trataremos o problema do preenchimento dos inquéritos através dos quais a informação é colhida.

2.2.O direito de acesso dos cidadãos ao conteúdo dos ficheiros que lhe dizem respeito, está conexo com o direito à publicidade.

O nº 1 do artigo 35º exemplarmente refere que todos os cidadãos tem o direito de tomar conhecimento do que constar dos registos mecanográficos a seu respeito...".

A informação medica é geralmente acedida através de intermediário (medico) escolhido pelo interessado, nomeadamente no artigo 40º do diploma francês.

O direito de acesso a terceiros e rigorosamente interdito, nomeadamente um possível acesso em nome de liberdade de imprensa.

Entre nós o DL nº 64/77 de 24 de Janeiro (regulamento do Centro de Identificação Civil e Criminal) refere na 1a. parte do nº2 do artigo 38º que "os magistrados judiciais e do Ministério Publico só podem aceder à informação, sobre identificação civil quando se levantem duvidas sobre a identificação de intervenientes em processos a seu cargo e que esses elementos não possam ou não devam ser obtidos das pessoas a que respeitem".

No entanto posteriormente o nº 3 do artigo 89 do DL nº 364/77 de 2 de Setembro (Lei Orgânica da P.J.) estabelece o acesso directo aos ficheiros magnéticos do Centro de Informática do Ministério da Justiça por parte do pessoal da Polícia Judiciária.

A lei francesa inclui, no direito de acesso, o conhecimento dos raciocínios utilizados no tratamento automático.

Efectivamente A. Holleaux (Conselheiro de Estado) refere em "La Revue Administrative", nº 181 de Janeiro - Fevereiro/78 que "o organismo responsável por um ficheiro de da dos pessoais por força do artigo 39 da lei francesa, fundamentara a sua decisão e da-la-á a conhecer e a analisar numa linguagem clara, bem como aos respectivos fundamentos. A lei impõe que as especificações sobre os dados que tenham interferido na decisão sejam facultadas bem como os programas de exploração"

Totalmente inovador para nos foi o contributo de S. Rododá presidente da Comissão Italiana para a protecção das liberdades individuais.

Passamos a transcrever o que consta do seu depoimento perante o Sub-grupo da OCDE sobre os bancos de dados (Documento DST1/ICCP/77-62):

"A Comissão considera em segundo lugar que para além do acesso individual deveria ser previsto um certo tipo de acesso colectivo dos bancos de dados.

A Comissão constatou por exemplo a partir de amostragens tratadas empiricamente que em certos casos, os trabalhadores individualmente não procuram verificar se as suas entidades patronais

colheram informações sobre as suas opiniões políticas ou religiosas, o que aliás é proibido pela legislação italiana. Todavia mesmo se o trabalhador não se interessa individualmente nesse tipo de controlo, à possível e desejável que os sindicatos se encarreguem disso. A Comissão examina actualmente um tipo de acesso colectivo que viria juntar-se ao acesso individual as informações reunidas nos sectores públicos e privados.

Sobre o controlo dos bancos de dados destinados aos serviços de polícia e de segurança, os italianos examinam actualmente a possibilidade de ser exercido um controlo parlamentar não apenas sobre os dados registados, sobre determinado indivíduo mas também sobre os critérios de gestão desse tipo de bancos de dados”

2.3. O direito de contradita

Consiste este direito na possibilidade conferida aos cidadãos de poder impugnar os dados inexactos incompletos, equívocos ou desactualizados.

Normalmente é um direito cujo exercício é gratuito.

No entanto uma vez exercido, as leis dos EEUU, Suécia e projecto belga prevêem o decurso de dote meses, para a possibilidade de novo exercício desse direito.

O ónus da prova sobre a fiabilidade dos registos, compete ao detentor do ficheiro.

Sobre o direito de rectificação dos dados pessoais, a recente lei alemã vai ao ponto de interditar a utilização de dados, uma vez contestada e provada a sua inexactidão.

Prevê ainda o pagamento de custas por parte do interessado em conhecer as informações recolhidas a seu respeito.

Os cidadãos tem o direito de recorrer ao representante Federal para a protecção de dados, se se sentirem lesados nos seus direitos, no que respeita ao tratamento dos seus dados pessoais pelos serviços publicas, com excepção dos tribunais.

Do texto da lei francesa transcreve-se exemplarmente (artigo 35º) "o titular do direito de acesso pode pedir que sejam rectificadas, completadas, clarificadas, actualizadas ou retiradas as informações que lhe dizem respeito, quando sejam inexactas, incompletas, equívocas, desactualizadas, ou cuja recolha ou utilização, transmissão ou manutenção sejam proibidas.

Quando o interessado faz o pedido, o serviço ou organismo visado deve facultar-lhe gratuitamente cópia do registo modificado.

Em caso de contestação, a responsabilidade da prova incumbe ao serviço junto do qual foi exercido o direito de acesso, salvo quando constar que as informações contestadas foram comunicadas pela pessoa em causa ou com o seu acordo.

Quando o titular do direito de acesso obtenha uma modificação do registo, a despesa efectuada a título de emolumentos desembolsados para obtenção do conteúdo dos registos, é reembolsada".

2.4. o direito ao esquecimento

De maneira geral as leis aceitam que os dados sejam oficiosamente actualizados e considerados inválidos depois de certo período de tempo.

A lei da Alemanha Federal refere o direito ao apagamento de dados que já não sejam necessários para efeitos do legítimo cumprimento das funções cometidas aos serviços que os detém.

No entanto tal norma originará eventualmente arbtrios pois não se diz quando se deve ou não considerar necessária tal informação, nem tão pouco se estabelece um prazo limite para a vida útil da informação.

Sobre o direito ao esquecimento a lei alemã considera de verem ser extintos os dados pessoais sobre condições de saúde, acções penais, opiniões religiosas ou políticas contrarias, desde que a sua exactidão não puder ser comprovada pelo serviço que os recolheu.

O Conselho da Europa refere no ponto nº 4 da Resolução atrás citada - "Devem estabelecer-se regras para determinar o limite de tempo alem do qual certas categorias de informações já não poderão ser conservadas ou utilizadas.

Todavia, pode ser derogado este princípio para fins estatísticos, científicos ou históricos. Devem então estabelecer-se medidas para não causar prejuízos a vida privada dos interessados.

A lei francesa no seu artigo 28º refere que "salvo disposições legislativas em contrário, as informações não devem ser conservadas sob uma forma nominativa para aí em do prazo previsto no pedido de autorização ou na declaração a não ser que, a sua manutenção seja autorizada pela Comissão"

Em Inglaterra a Comissão Younger no princípio nº8 refere "na concepção dos sistemas devem especificar-se períodos para alem dos quais a informação não será mantida".

2.5. O direito à acção civil e criminal

As sanções penais para efeito de não cumprimento dos deveres da Administração ou por infracções previstas nas leis mereceriam um tratamento desenvolvido.

Aqui referiremos que a lei norte-americana acolhe o exercício da acção cível para efeito de ressarcimento de dados causados a cidadãos em virtude de determinados procedimentos administrativos.

Assim se o tribunal decidir que a administração agiu com conhecimento de causa ou com o fim de prejudicar, constitui-se responsabilidade dos USA perante o indivíduo prejudicado ate à quantia equivalente a uma soma igual:

a) ao prejuízo efectivamente sofrido pelo indivíduo na sequência da recusa ou da omissão ; todavia em caso algum uma pessoa que tenha direito a uma indemnização recebera uma soma inferior a 1000 dolares; e

b) ao custo do processo e as despesas razoáveis de honorários a advogado fixado pelo tribunal.

(. .) Todavia quando um serviço ou organismo da Administração forneceu intencionalmente de maneira erronea uma informação que a presente lei exija que seja comunicada a um indivíduo e quando a informação errada originou a responsabilização de uma administração perante um indivíduo, em virtude da presente lei, a acção poderá ser posta em qualquer momento nos dois anos seguintes a descoberta

pelo indivíduo da declaração errada

Nenhuma cláusula da presente secção deveser interpretada para autorizar uma acção cível decorrente de um prejuízo consequente a divulgação de um registo anterior a vigência da presente secção". (Secção 552a.. alínea g)

2.6.Direitos atinentes ao preenchimento de inquéritos.

Exemplarmente a lei norte-americana refere que os serviços da administração devem fornecer as seguintes informações às pessoas a quem sejam pedidos dados, as quais deveu constar do formulário como parte integrante, ou de anexo:

- a) a justificação legal do pedido de informações, o carácter obrigatório ou facultativo das respostas.
- b) o fim ou fins para os quais se conta utilizar a informação;
- c) as utilizações habituais dessa informação;
- d) as consequências que tem uma recusa de fornecer toda ou parte das informações pedidas.

Aceita-se generalizadamente o direito de ser informado sobre se as respostas aos inquéritos são obrigatórias e de quais as consequências da oposição a resposta.

A lei norte-americana refere que os serviços da administração pública devem recolher as informações directamente junto do indivíduo a que dizem respeito, nomeadamente se o conteúdo das informações pode causar a recusa de certos direitos ou indemnizações.

A lei francesa no seu artigo 27º refere que as pessoas junto das quais se recolhem informações nominativas devem ser informadas:

- do carácter obrigatório ou facultativo das respostas ;
- das consequências de uma resposta inexacta;
- das pessoas físicas ou morais destinatárias das informações.

Quando tais informações são recolhidas por meio de questionários estes devem mencionar estas normas.

Estas disposições não se aplicam a recolha das informações necessárias a investigação de infracções.

A.Hollcaux, conselheiro de Estado, na revista citada atrás, refere que esta norma bem como a do artigo 45º, terão uma grande aplicação porque na sociedade actual o público está constantemente Solicitado a dar informações sob forma de questionário ou declarações a completar. A precisão de que essas regras não se aplicam se os dados colhidos não forem destinados a um ficheiro, tem pouco efeito, porque os termos ficheiro e fichas são muito gerais e de emprego muito usual para que possam ser efectivamente classificadas. Para além disso toda a pessoa junto de quem são recolhidas informações nominativas deve ser informada sobre se a sua resposta é obrigatória ou facultativa, consequências da sua falta de resposta, as pessoas às quais são destinadas as informações, a existência de um direito de acesso e de rectificação.

3.DEVERES DE DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

O Conselho da Europa tanto para o sector privado, como para o sector publico preocupou -se com que os Estados membros estabelecessem regras de conduta destinada a prevenir o mau uso das informações por parte daqueles que trabalham com bancos de dados e em particular, regras de sigilo profissional (vide Resolução (74) 2º de 20.9.74 e (73) 22 de 26.9.73).

É proibido às pessoas encarregadas de preparar, transmitir ,armazenar ou tratar dados, comunicar ou tornar acessíveis a terceiros, todas as informações relativas aos ficheiros, aos dos e aos resultados do seu tratamento obtidos no exercício das suas funções, ou permitir a outras pessoas obter essas informações. Este o princípio deontológico enunciado pela lei do Land de Hesse (1970).

Todas as leis enunciaram este princípio conciliando-o com a obrigação legal de fornecer essas informações nomeadamente aos interessados para efeitos do exercício do direito de impugnação dos dados registados.

No Draft Bill belga e o Comissário interno que assume a responsabilidade pelo cumprimento das medidas de segurança por parte do pessoal

Os membros da Comissão francesa bem como os das suas delegações regionais estão vinculados ao dever de sigilo quanto às informações de que tomem conhecimento nos termos do artigo 75º do Código Penal.

A Comissão francesa no exercício das suas atribuições de controlo adverte os infractores das medidas de segurança estipuladas para cada sistema de informação, em conformidade com o artigo 48º do respectivo Código de Processo Penal.

A lei alemã considera infracção disciplinar sempre que um funcionário que devesse informar um interessado, o não faça, sempre que um gestor não nomeie um responsável pela protecção de dados ou não dê a este as especificações previstas, ou não faça o relatório em tempo para o serviço de fiscalização regional.

Estas infracções disciplinares podem ser punidas com multa ate 50 mil marcos.

A lei sueca ,para alem das regras deontológicas, cuja violação configura o tipo legal de crime, considera no artigo 229º que poderá ser confiscado todo o ficheiro de pessoas criado ou mantido sem autorização da inspecção, nos casos em que essa autorização seja obrigatória.

Considera que o responsável por um ficheiro de pessoas devera indemnizar toda a pessoa registada que tenha sido prejudicada pelo facto da inexactidão das informações a si respeitantes contidas no dito ficheiro.

O responsável por um ficheiro ou aquele que mantém o ficheiro por conta do responsável poderá ser multado pela Inspeção quando falte às suas obrigações de dar acesso aos locais informáticos, ou a determinados dossiers obrigatórios, ou de comunicar as informações reclamadas por parte da inspecção.

O projecto belga atribui à pessoa responsável pelo banco de dados:

1º -estabelecer um inventário onde seja relatada a natureza dos dados tratados, os objectivos para os quais são necessários os dados e os destinatários desses dados;

2º - assegurar o caracter apropriado dos programas que servem o tratamento automático de dado. e bem

como a regularidade da sua aplicação;

3º-fazer todas as diligências para manter os dados em dia, corrigir os dados errados ou suprimir os dados que tenham caducado, ou obtidos por meios ilícitos ou fraudulentos.

4º -dar conhecimento através de medidas apropriadas is pessoas que participam no tratamento automático de dados das disposições do presente capítulo, bem como de todas as outras prescrições relativas a exigências particulares da protecção do direito ao respeito pela vida privada no organismo de direito publico ou na empresa de direito privado onde elas trabalham.

Mais se refere que as pessoas que no exercício das suas funções tenham conhecimento dos dados que figuram num banco, estão sujeitas ao segredo profissional.

A lei norte-americana comete aos serviços da administração pública a missão de estabelecer regras de conduta para as pessoas implicadas na manipulação dos dados e indicar-lhes as sanções previstas, em caso de não observação dessas regras.

O Conselho da Europa pronunciou-se na Resolução (73) 22 de 26.9.73 no seu ponto 9 por que os Estados Membros estabeleçam regras de conduta destinadas a prevenir o mau uso das informações, por parte daqueles que trabalham com bancos de dados e em particular, regras de segredo profissional.

No numero 72 de Nov. /75 da revista "Informatique et Gestion" lê-se "que não seria desejável nem possível constituir um pesado dispositivo jurídico".

E ainda que "sem complexos de culpa mas consciente dos escolhos, pertence a cada cidadão, mas primeiramente aos profissionais de informática esforçar-se para que a informática não se torne um instrumento de servidão".

A conferência anual dos advogados, realizada em 74 sob a égide da Roscoe-Pound American Trial Lawyers Foundation, produziu uma recomendação, com o nº 16, a fim de ser elaborado um código federal de boa conduta no tratamento de informação, regulamentando com precisão a colheita, o armazenamento, a divulgação e a utilização de informações pessoais, de forma a proteger os direitos do indivíduo a uma vida privada e a um tratamento equitativo.

A recomendação nº 18 refere que as pessoas registadas deveriam ter o direito de accionar em juízo aqueles que violassem o Código Federal da boa conduta, deveriam receber subsídios para pagar as despesas de advogados e deveria ser competente para a apreciação do litígio um tribunal federal independentemente do valor.

Um órgão federal deveria ser criado com o fim de fazer respeitar o código federal de boa conduta no tratamento da informação.

A lei sueca, nomeadamente o artigo 8º a 19º inclusive, trata de disposições de natureza deontológica pois na economia do diploma este é o aspecto que mais desenvolvimento toma.

Assim após um 1º capítulo referente a generalidades e a autorização dos ficheiros e dos capítulos finais referentes a penas multas e disposições transitórias é o capítulo "Deveres do responsável por um ficheiro" que abrange um verdadeiro código deontológico.

Assim, o responsável pelo ficheiro se tiver duvidas sobre a exactidão de uma informação pessoal deve tomar todas as medidas a fim de verificar a validade da informação e corrigir ou suprimir a informação se

for caso disso. Tem também o dever de comunicar a rectificação ou supressão efectuada àqueles a quem a informação inexacata tiver sido fornecida.

O responsável por um ficheiro tem o dever de proceder à sua actualização quanto a informações incompletas, ou em virtude da finalidade para que foi concebido, não insira uma pessoa a que nele deva figurar.

É responsável pelo ficheiro que incumbe o dever de dar conhecimento dos registos existentes sobre uma pessoa que o solicite.

Logo que deixe de manter um ficheiro o respectivo responsável deve comunicá-lo a Inspeção de dados.

O artigo 13º obriga ao segredo profissional todos os que tenham acesso ao ficheiro por motivo de trabalharem com ele.

Também o pessoal da Inspeção de dados que se ocupou dos dossiers de autorização ou mesmo de tarefas de controlo está obrigado ao segredo profissional (conf. Artº 359).

Estas normas deontológicas encontram-se acompanhadas do enunciado de sanções para o seu eventual incumprimento.

Nomeadamente o artigo 22º refere que poderá ser confiscado todo o ficheiro de pessoas criado ou mantido sem autorização da inspeção, nos casos em que essa autorização foi tornada obrigatória pela presente lei.

O responsável por um ficheiro de pessoas deverá indemnizar toda a pessoa registada que tenha sido prejudicada, (e não apenas os prejuízos materiais) por inexactidão das informações a si respeitantes.

A Inspeção de Dados pode impor multas ao responsável por um ficheiro que não dá acesso aos locais, aos dossiers e não dá os esclarecimentos pedidos para efeitos de controle nos termos do artigo 17º.

A inspeção de Dados pode igualmente multar o responsável de um ficheiro que faltou aos seus deveres atrás mencionados, independentemente das sanções penais a que está sujeito.

O projecto de lei belga refere também no seu artigo 17º que "estão sujeitas ao segredo profissional as pessoas que, no exercício das suas funções tenham conhecimento dos dados que figuram num banco".

O mesmo projecto belga refere as incompatibilidades, a exemplo da lei francesa, para o exercício de funções na Comissão de Controle dos Bancos de Dados. Assim não poderão eles dirigir bancos de dados por conta própria ou por conta de terceiros, nem ser responsáveis, por bancos de dados.

E no artigo 36º refere que sem prejuízo da aplicação do artigo 29º do Código de Instrução Criminal, bem como das obrigações que lhe são impostas, pelo presente capítulo e, exceptuando os casos em que são chamados a testemunhar em Tribunal, os membros da Comissão de controlo dos bancos de dados e as pessoas dependentes da sua autoridade não poderão fazer qual quer divulgação dos factos de que tenham tido conhecimento no cumprimento das suas funções".

Entre os deveres do responsável por um banco de dados figura o de comunicar sob forma legível é pedido da pessoa cujos dados se encontram no banco:

- os dados a ela respeitantes, contidos no banco;
- o objectivo para que são tratados automaticamente e
- as comunicações efectuadas a terceiros (conf. Art. 18º)

O projecto Pierson (belga) inclui no seu artigo 16º, uma norma deontológica original "alem dos oficiais e agentes da Polícia Judiciaria, os agentes do Estado e da Companhia dos Telegramas e Telefones incumbido para o efeito, são competentes para investigar e constatar por processos verbais que fazem fé ate prova em contrario, as infracções previstas na presente lei".

Na lei norte-americana "o funcionário que divulgue informações proibidas em diploma legal poderá incorrer no pagamento de multa ate 5000 dólares".

O artigo 12º da lei francesa refere que "os membros e os agentes da Comissão e das delegações regionais estão vinculadas ao segredo profissional quanto aos factos, actos ou informações de que tenham conhecimento no exercício das suas funções nos termos do artigo 75º do Código Penal, e, sob reserva do que for necessário para a execução do relatório anual previsto abaixo, do artigo 378º do Código Penal".

Também estabelece que "no exercício das suas funções os membros da Comissão Nacional da Informática e das Liberdades e os membros das delegações regionais não recebem instruções de qualquer autoridade.

Os profissionais de informática chamados, quer a dar informações à comissão, quer testemunhar perante ela são desligados quando necessário, do seu dever de sigilo".

Nos termos da lei francesa são fixadas as incompatibilidades com a qualidade de membro da Comissão Nacional. Assim não podem os seus membros pertencer ao Governo nem exercer funções ou deter participações em empresas concorrentes na produção de materiais utilizados na informática, em telecomunicações ou no fornecimento de serviços de informática ou em telecomunicações (conf. artigo 8º).

Por força do seu artigo 29º "toda a pessoa que ordene ou efectue um tratamento de informações nominativas. obriga-se por esse facto, perante as pessoas visadas, a tomar todas as precauções úteis a fim de preservar a segurança das informações e nomeadamente a impedir que elas não sejam deformadas, violadas ou comunicadas a terceiros não autorizados".

A Data Surveillance Bill (u.K. 1969) referia expressamente que o operador de um banco de dados poderia incorrer em multa ate 1000 libras esterlinas ou prisão até 5 anos e indemnização ao ofendido se:

- omitisse ou recusasse o envio de uma saída de impressora no exercício do dever de dar acesso a informação;
- permitisse a utilização dos dados para fins diversos dos declarados;
- desse acesso aos dados a pessoa não autorizada;
- omitisse ou recusasse conformar-se com as especificações do Conservador do Registo de Bancos de Dados.

O operador de bancos de dados que transmitisse informações pessoais erradas deveria indemnizar os eventuais prejuízos.

4. CONCLUSÃO - Para nos é tema pacífico que os computadores e o respectivo software, utilizado no tratamento automático de informação pessoal trazem um acréscimo de eficiência que o tratamento manual não permite.

Assim sendo, ha que precavermo-nos sob o ponto de vista de medidas organizacionais de segurança e de medidas de protecção jurídica.

As medidas de segurança são um instrumento que dificulta a utilização abusiva da informação, embora não a impossibilitem.

Por mais transparentes para os cidadãos que sejam os métodos e processos da utilização da informática, defendemos que determinados tipos de informação pessoal não devam ser postos em suporte informático.